



Exmo. Senhor

Chefe do Gabinete da Ministra Adjunta  
e dos Assuntos Parlamentares  
gabinete.maap@maap.gov.pt

---

SUA REFERÊNCIA  
REF<sup>a</sup>.: 764  
PROC. N.º:

SUA COMUNICAÇÃO DE  
11-07-2022

NOSSA REFERÊNCIA  
N.º: 897/2022  
ENT.: 4893/2022  
PROC. N.º: 19/2022

DATA  
13-10-2022

---

**ASSUNTO:** PERGUNTA N.º 362/XV/1.ª (BE) - INÉRCIA DO GOVERNO PERPETUA A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS DOS VIGILANTES NA TRANSMISSÃO DE ESTABELECIMENTO AO ABRIGO DO CONTRATO DE CONCESSÃO PARA O SERVIÇO IGEFE/DGEEC

Em resposta à pergunta identifica em epígrafe, encarrega-me o senhor Ministro da Educação de prestar as seguintes informações:

Dado o litígio entre os trabalhadores que exerciam funções na Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) e no Instituto de Gestão Financeira da Educação (IGeFE, I.P.) com as empresas Vigiexpert e Noite e Dia, no âmbito de transmissão de empresa ou estabelecimento entre as duas partes, ao abrigo do artigo 285 do Código de Trabalho, a Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) convocou todos os intervenientes para uma reunião de prevenção de conflitos no dia 21 de março de 2022 com a presença da DGERT, de representantes sindicais; da Vigiexpert - Prevenção e Vigilância Privada Lda.; da Noite e Dia - Vigilância Lda.; DGEEC e do IGeFE; I.P.

O Ministério da Educação acompanhou esta situação, através dos serviços envolvidos e em estreita colaboração com a DGERT, e pautou a sua atuação no estrito cumprimento da lei. Não tendo sido sanado o litígio em sede de prevenção de conflito, este segue os seus trâmites junto do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Com os melhores cumprimentos,

O CHEFE DO GABINETE

  
(Jorge Sarmiento Morais)

AM/AG